

# Otimista, Sarney já tem seu próprio modelo econômico para conter crise

JORNAL DE BRASÍLIA

Economia Brasil

Arquivo

Mesmo enfrentando problemas delicados na área política e uma crise aguda na economia, o presidente José Sarney não tem uma visão «catastrófica» da conjuntura vivida pelo governo. «Pelo contrário, é otimista e acredita que o quadro que aí está pode ser revertido», diz o secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, informando que «o presidente tem o seu próprio modelo econômico».

Segundo o porta-voz do governo, na área política as soluções estão tendo um encaminhamento relativamente favorável à estratégia do presidente e, na área econômica, as perspectivas não são totalmente negativas.

O otimismo do presidente é visto pelo secretário de Imprensa como «o realismo de quem está no centro dos acontecimentos, numa posição, de certa forma, privilegiada, por ter uma visão global dos problemas e condições de influir no movimento da conjuntura».

Para Sarney, «o foco fundamental das crises pelas quais está passando localiza-se nas bombas de efeito retardado — tanto na área política quanto na econômica — que tem tido a responsabilidade de desativar», observa Frota Neto.

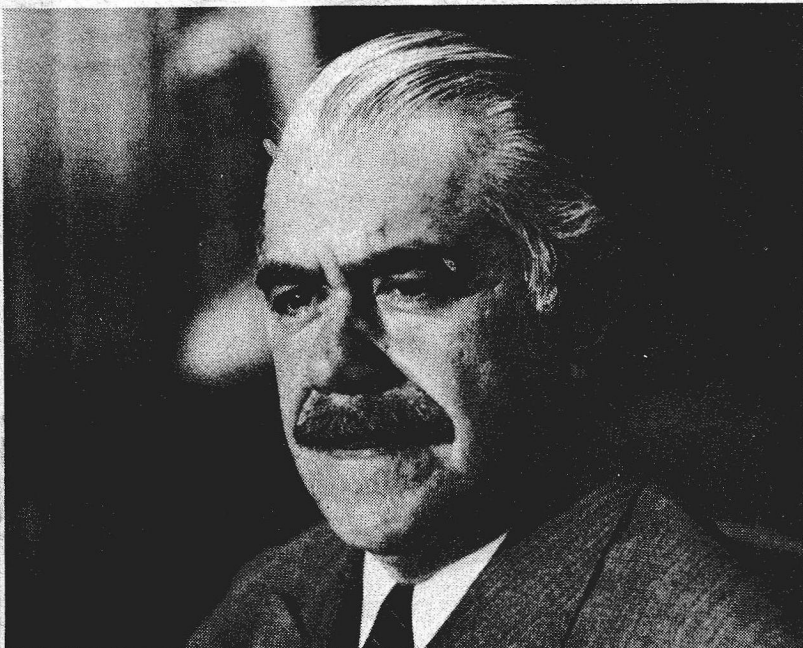
Essa problemática está bastante clara para o presidente, que traçou uma estratégia própria de correção dos rumos da sua administração nos próximos meses, independentemente dos planos de seus ministros, assessores e dos próprios economistas do PMDB. Na área política suas articulações já permitem visualizar um êxito relativo. Segundo o secretário de Imprensa, «a maioria do Congresso, embora heterogênea, está praticamente assegurada».

## Modelo Sarney

Para a área econômica, a estratégia presidencial descarta quaisquer «planos econômicos ortodoxos». A preocupação de Sarney gira em torno de dois pontos básicos, ambos obrigatoriamente subordinados às exigências de soluções para os problemas sociais: o combate à inflação e o crescimento da economia.

O combate à inflação deve envolver medidas rigorosas, tanto na área do controle monetário, quanto na dos gastos públicos e na do abastecimento. As medidas nesse sentido, estão sendo delineadas principalmente pelo ministro Bresser Pereira e sua equipe e deverão ser consolidadas num documento único para o presidente — «a quem caberá decidir sobre as conveniências — no máximo nas próximas quatro semanas».

«Sarney quer rapidez na definição desse plano de governo», por entender ser esta uma forma de desativar algumas críticas e expectativas e, até mesmo, reduzir sua pressão arterial, que se eleva de vez em quando, na medida que observa excessos de impaciência da parte de alguns segmentos da sociedade e do próprio aparelho de estado, que chegam, inclusive, a «postular nomes e soluções para os quais o



*O presidente não tem uma visão catastrófica do processo*

presidente não sente o menor atrativo».

O presidente conta ainda como certo para combater a inflação com a chamada «safra recorde», de volume ainda indeterminado; variável, entretanto, entre 59 a 65 milhões de toneladas de grãos. O governo pretende ser rígido na distribuição e comercialização dessa produção, e é bem provável que «queimar alimentos ou jogá-los no rio, para forçar altas de preços, venha a ter como resposta do governo penalidades rigorosas». A tarefa nesse sentido está entregue ao consultor-geral da República, Saulo Ramos.

## Crescimento

Quanto ao crescimento econômico, o modelo do presidente envolve uma dicotomia básica: crescer e não crescer. Sarney não aceita a hipótese da recessão, mas tem como alternativa para reduzir a inflação a contenção dos gastos públicos, que ele ataca, atingindo, um ponto, até agora, ignorado pelos governos anteriores: os gastos dos estados e municípios.

Fascina, entretanto, ao presidente o «período desenvolvimentista» de Juscelino Kubitschek, com uma pequena diferença, é que a «preocupação de Sarney está centrada menos na modernização da economia e mais em garantir e avançar nas conquistas sociais, pela ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores», diz Frota Neto. As negociações que o presidente é obrigado a fazer para retardar «as bombas de efeito retardado» têm, entretanto, comprometido seu projeto de governo.

Garante o secretário de Imprensa que «o novo plano econômico do governo Sarney vai alargar os espaços da iniciativa privada», com o fim de incentivar os investimentos do setor. Contudo, apesar dessa disposição do governo, o empresário espera que ele dê a contrapartida — «é a tal de teta do governo» — no sentido de esti-

mular esses investidores; seja com planos ou diretrizes econômicas claras, ou com um aporte de recursos que permita o deslanche do processo, já que não se pode contar com o investimento estrangeiro, enquanto persistir a moratória, e as taxas de juros artificialmente elevadas, como uma forma de desestimular o consumo, reduzindo a demanda inflacionária.

Essa pressão obriga o governo a criar novos mecanismos de tributação e captação de recursos, tipo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), constituído de sobretaxações nos preços dos automóveis, combustíveis e fundos de pensão, e viagens para o exterior.

O sucesso do governo nessa área não pode ser totalmente considerado. É aí que está a principal fonte de financiamento do «modelo Sarney». O FND deverá dispor até o final deste ano de recursos superiores a Cz\$ 150 bilhões, que serão aplicados em setores básicos da economia — siderurgia, transporte, armazenagem, etc. Além disso, o BNDES deverá realizar investimentos diretos na área industrial em torno de Cz\$ 80 bilhões. O Banco do Brasil fará também grandes aplicações, entre Cz\$ 40 a Cz\$ 50 bilhões na agricultura; e a Caixa Econômica Federal Cz\$ 36 bilhões só no setor habitacional.

Quando esses recursos comecem a circular, não se sabe. Tudo indica que, no segundo semestre, ou seja, tão logo o governo consiga delinear melhor o quadro da inflação.

Além disso, o presidente parece não querer mais correr o risco de enfrentar uma nova concorrência tipo Ferrovia Norte-Sul. «Precipitação ou não, o certo é que o governo ficou mal, ao serem levantadas dúvidas de ordem ética e moral sobre o comportamento do ministro dos Transportes, José Reinaldo, e, de raspão, até mesmo com relação ao presidente».